

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001762-75.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **MARIA CLAUDIANE ALMEIDA DOS SANTOS**
Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou que no dia 23/12/2017 celebrou com a ré um contrato de prestação de serviços de acesso à *internet* mediante pagamento mensal de R\$ 34,99.

Alegou ainda que posteriormente constatou que a fatura emitida para vencimento em fevereiro de 2018 contemplava valor muito superior ao combinado (R\$ 162,12), sendo então informada que havia contratado outro plano com a ré.

Salientou que esse plano anterior já fora há tempos cancelado, mas para resolver a pendência lhe foi cobrada multa com a qual não concorda.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse *status* em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade da conduta que lhe foi imputada.

De início, é relevante notar que ela em contestação não refutou específica e concretamente os fatos articulados pela autora, merecendo especial atenção a falta de análise da extensão do contrato feito em dezembro de 2017 e do cancelamento do anterior, concretizado em janeiro de 2016.

Não se pronunciou igualmente sobre a cobrança da fatura vencida em fevereiro de 2018 como decorrência do ajuste já cancelado e tampouco esclareceu de que maneira o valor nela inserido foi apurado.

Ao contrário, em manifestações genéricas a ré se limitou a propugnar pela inexistência de falha na prestação dos serviços a seu cargo, o que é inadmissível.

Como se não bastasse, registro que a ré se voltou contra a devolução de quantia cobrada da autora, especialmente em dobro, quando nada disso foi objeto da postulação vestibular.

Diante desse panorama, reputo de rigor o acolhimento da pretensão deduzida, ausente lastro minimamente sólido que respaldasse a fatura questionada pela autora ou que fizesse subsistir o contrato havido entre as partes.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato de prestação de serviços de acesso à *internet* firmado entre as partes em 23/12/2107 e a inexigibilidade dos débitos dele decorrentes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Torno definitiva a decisão de fls. 47/48, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 16 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**